



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO CURSO  
DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**FABIANA MARINHO RABELO**

**PROERD E POLICIAMENTO COMUNITARIO ESCOLAR: POLÍTICAS  
PÚBLICAS DE COMBATE AS DROGAS NAS ESCOLAS**

**SANTARÉM - PA**

**2024**

**FABIANA MARINHO RABELO**

**PROERD E POLICIAMENTO COMUNITARIO ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE COMBATE AS DROGAS NAS ESCOLAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de licenciatura em geografia, Instituto de Ciências da Educação – ICED, Universidade Federal do Oeste do Pará, sob a orientação da profa. Dra. Ednea do Nascimento Carvalho.

**SANTARÉM - PA**

**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa**

---

R114p Rabelo, Fabiana Marinho  
PROERD e Policiamento comunitário escolar: políticas públicas de combate as drogas nas escolas./ Fabiana Marinho Rabelo. – Santarém, 2024.  
34 p.: il.  
Inclui bibliografias.

Orientadora: Ednea do Nascimento Carvalho.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em Geografia.

1. Drogas. 2. Educação. 3. Sociedade. I. Carvalho, Ednea do Nascimento, *orient.*  
II. Título.

CDD: 23 ed. 370.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS  
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

No vigésimo dia do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e quatro, às 15h, na sala H103 do Instituto de Ciências da Educação realizou-se a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso da discente FABIANA MARINHO RABELO, intitulado: "**PROERD E POLICIAMENTO COMUNITARIO ESCOLAR: POLÍTICAS PUBLICAS DE COMBATE AS DROGAS NAS ESCOLAS**", sob orientação da professora Dra. Ednea do Nascimento Carvalho (presidente) que compôs a banca examinadora juntamente com os professores avaliadores: a professora Me Marcella Gomes Esteves e o professor Dr. Juarez Bezerra Galvão. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e da discente e atribuiu o tempo de vinte minutos para a apresentação do trabalho e para as devidas arguições pelos membros da banca. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida, as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A comissão reuniu-se e apresentou o parecer final, **APROVADA** com a nota **09,8**. Nada mais havendo a tratar, eu, professora Ednea do Nascimento Carvalho, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Santarém, 20 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO**  
Data: 16/07/2024 13:53:30 -0300  
verifique em <https://validar.ufpa.br>

Prof.ª Dra. Ednea do Nascimento Carvalho (orientadora)

Documento assinado digitalmente  
**MARCELLA GOMES ESTEVES**  
Data: 16/07/2024 13:53:07 -0300  
verifique em <https://validar.ufpa.br>

Profa. Me. Marcella Gomes Esteves (1ª avaliador)

Documento assinado digitalmente  
**JUAREZ BEZERRA GALVAO**  
Data: 16/07/2024 13:53:07 -0300  
verifique em <https://validar.ufpa.br>

Prof. Dr. Juarez Bezerra Galvão (2º avaliador)

Fabiana Marinho Rabelo (Discente concluinte)

*Fabiana marinho Rabelo*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças para que eu pudesse desenvolver este trabalho.

A minha orientadora, Profa. Dra. Ednea do Nascimento Carvalho por ter aceitado o convite para orientação, pela paciência e dedicação durante o período de construção desta pesquisa.

Aos meus familiares, por todo o suporte e apoio que me deram ao longo de toda a minha jornada acadêmica.

Minha gratidão aos meus amigos e colegas de curso com os quais convivi e aprendi nessa longa jornada acadêmica.

Enfim, o meu muito obrigada a todos que mesmo de forma indireta, somaram para que eu pudesse chegar até aqui.

## RESUMO

O consumo de substâncias ilícitas tem se expandido globalmente e, atualmente, representa uma ameaça à estabilidade das estruturas e princípios econômicos, políticos, sociais e culturais das nações. O uso de substâncias ilícitas por jovens é uma das questões que mais afetam a sociedade atual. O ato de prevenir o abuso de drogas admite três níveis de intervenção: primária, secundária e terciária. Na prevenção primária o objetivo é intervir antes que o consumo de drogas ocorra. É responsabilidade da instituição de ensino incentivar um estilo de vida saudável entre os estudantes, desde crianças mais novas até adultos maduros. A prevenção secundária se dirige aos estudantes que fazem uso moderado de substâncias ilícitas, mas que não são dependentes, mas que enfrentam esse risco. A escola é um espaço privilegiado para intervenções educativas. Esta deve elaborar projetos que promovam ações preventivas intensivas e duradouras, seguindo o Plano de Ação e o Programa Preventivo. Na prática escolar, a prevenção ao uso de drogas torna-se possível por meio de intervenções nas condições de ensino, que, sobretudo, estão direcionadas ao projeto político pedagógico, à gestão escolar e à abordagem educacional. Portanto o debate intrínseco entre os campos de conhecimento da educação, geografia e políticas públicas se institucionaliza em um âmbito não mais restrito a pequenas pontuações em determinados momentos, mas está alicerçado no contexto diário do temário geográfico e educacional.

**Palavras-chave:** Drogas. Educação. Sociedade. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

The consumption of illicit substances has expanded globally and currently represents a threat to the stability of the economic, political, social and cultural structures and principles of nations. The use of illicit substances by young people is one of the issues that most affect today's society. The act of preventing drug abuse allows for three levels of intervention: primary, secondary and tertiary. In primary prevention, the objective is to intervene before drug use occurs. It is the responsibility of the educational institution to encourage a healthy lifestyle among students, from younger children to mature adults. Secondary prevention is aimed at students who make moderate or moderate use of illicit substances, but who are not dependent, but who face this risk. School is a privileged space for educational interventions. This must develop projects that promote intensive and lasting preventive actions, following the Action Plan and the Preventive Program. In school practice, preventing drug use becomes possible through interventions in teaching conditions, which, above all, are aimed at the political pedagogical project, school management and the educational approach. Therefore, the intrinsic debate between the fields of knowledge of education, geography and public policies is institutionalized in a scope that is no longer restricted to small points at certain moments, but is based on the daily context of the geographical and educational theme.

**Keywords:** Drugs, Education, Society, Public Policies.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AS DROGAS: FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Eficiência da materialização do combate as drogas no ambiente escolar .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 2: PROERD: PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 Policiamento Comunitário Escolar.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 PROERD e Policiamento Comunitário Escolar: A ação desses programas no ambiente escolar de Santarém/PA.....</b>	<b>24</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias ilícitas tem se expandido globalmente e, atualmente, representa uma ameaça à estabilidade das estruturas e princípios econômicos, políticos, sociais e culturais das nações. O uso de substâncias ilícitas por jovens é uma das questões que mais afetam a sociedade atual.

Em 2004, o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) fez um estudo sobre drogas nas escolas. Eles descobriram que as crianças usam psicotrópicos nas escolas, há abuso entre elas e elas começam a usar drogas cedo. Galduróz et al. (2004), aponta que “na faixa de 10 a 12 anos, mais de 12% das crianças já usaram drogas na vida”.

A escola está diante de um novo desafio e, neste contexto, educar para a prevenção é a melhor opção para lidar com o consumo de drogas entre os estudantes. Prevenção significa agir de forma antecipada, impedir ou pelo menos diminuir o consumo.

O ato de prevenir o abuso de drogas admite três níveis de intervenção: primária, secundária e terciária. Na cautela primária o objetivo é intervir antes que o consumo de drogas ocorra. É responsabilidade da instituição de ensino o incentivo a um estilo de vida saudável entre os estudantes, desde crianças mais novas até adultos maduros.

Contudo a prevenção secundária alveja os estudantes que fazem uso moderado de substâncias ilícitas, considerados não dependentes, mas que enfrentam esse risco, e, por fim a presciência terciária objetiva o usuário dependente. A escola tem a responsabilidade de fornecer assistência aos alunos que utilizam substâncias ilícitas, apoiar sua recuperação e reintegrá-lo à escola, ao grupo de amigos e à família. É imprescindível a afirmação de que não compete à escola o tratamento, mas sim, o encaminhamento adequado (BLUM; NELSON-MMARI, 2004).

Segundo Waksman (2004), é importante a criação de uma estratégia para prevenção quanto ao uso de drogas nas escolas, tendo como ferramenta o apregoamento de mensagem antidrogas na cidade. As táticas de municipalização possibilitam a inclusão de medidas organizadas em plano, programa e projeto que tornam a prevenção mais próxima das instituições de ensino, no qual institui-se no estabelecimento de políticas, objetivos e metas, bem como as diretrizes e métodos gerais.

A Secretaria de Educação é responsável pela elaboração e gestão de um Programa Preventivo, em que possa ter o apoio de parcerias com entidades e instituições que se disponham a colaborar com esse objetivo (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008).

Fonseca (2006a) destaca que a escola é um espaço privilegiado para intervenções educativas. Esta deve elaborar projetos que promovam ações preventivas intensivas e duradouras, seguindo o Plano de Ação e o Programa Preventivo. Na prática escolar, a prevenção ao uso de drogas torna-se possível por meio de intervenções nas condições de ensino, que, sobretudo, estão direcionadas ao projeto político pedagógico, à gestão escolar e à abordagem educacional.

A autora destaca ainda que:

A estratégia é enfatizar as drogas lícitas e de fácil acesso, como álcool, tabaco, solvente e medicamento, pela elevada porcentagem de uso entre os alunos, mostrando que todas são substâncias psicotrópicas. É imperativo debater o caráter atrativo das drogas: proporcionar prazer aos sentidos, ter uma "imagem transgressora", ser um símbolo de "estar na moda". Além disso, é necessário discutir a trajetória do envolvimento com psicotrópicos, evitando-se o uso indevido. (FONSECA, 2006a, p. 117).

Nesse sentido, a educação afetiva defende a modificação de fatores pessoais que são considerados riscos ao uso de drogas, explorando situações-limite. Para isso:

Precisa-se priorizar o autoconhecimento, a auto-estima, a auto-afirmação, as relações interpessoais, a capacidade de lidar com ansiedade, a habilidade de decidir, a habilidade de lidar com grupos, a capacidade de resistir às pressões grupais e a comunicação verbal. (FONSECA, 2006b, p. 341).

É igualmente importante fortalecer a resiliência, o saber dizer não, a solidariedade, o pertencimento, o saber ouvir, a autonomia, a criatividade, o respeito às diferenças, o respeito aos valores. E, quando necessário, enfraquecer a ansiedade, o desamparo, a vulnerabilidade, a insegurança, os estigmas e preconceitos (BLUM; NELSON-MMARI, 2004).

Dessa forma, o uso de produtos químicos (as drogas) está presente cada vez mais em nossa sociedade e com o uso tem a vulnerabilidade, pois existem minorias e dentro dessas minorias existem pessoas que estão expostas.

Crianças e adolescentes que são afetadas porque não tem um rigor amplo do Estado, não existe políticas públicas que abrangem essa compreensão. Muito se vê

as desigualdades sociais, crianças que nascem em lares que estão vulneráveis e muitas vezes em famílias que fazem o consumo.

Muitos desses jovens são influenciados por amigos que fazem parte do seu convívio escolar. Os professores são mediadores desses alunos no ambiente escolar, o papel é orientar, conversar, buscar, trazer palestras não só para os adolescentes, mas também para os professores estarem preparados para essa roda de conversa. Acredita-se que muitas escolas não sabem como ter esse primeiro contato por se tratar de um assunto muito delicado por possuir em seu convívio adolescentes e crianças que são usuários (MOREIRA, 2020).

A escola, o setor pedagógico e o Estado têm um papel importante na vida dos alunos em relação a prevenção do consumo de drogas ilícitas e o álcool. Dessa forma, O objetivo principal é buscar estratégias de prevenção, programas educacionais e intervenções para trazer soluções para esse impasse crescente na vida das crianças e adolescente que estão vulneráveis no ambiente escolar.

O objetivo geral desse trabalho é analisar o PROERD e o policiamento comunitário escolar como política pública de combate as drogas nas escolas na cidade de Santarém/PA, e especificamente identificar o surgimento das drogas e a questão do uso na sociedade, caracterizar o PROERD e o policiamento comunitário como política pública de prevenção e combate as drogas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa no qual buscou conhecer todo o Projeto PROERD: Políticas de combate as drogas nas escolas, bem como enfatizar os princípios destacados no projeto e as parcerias necessárias para seu desenvolvimento, além do que se trata o policiamento comunitário escolar.

A pesquisa bibliográfica e documental com coleta de dados foi realizada com utilização de plataformas digitais, com abordagem de pesquisa que trabalha com as duas vertentes a qualitativa e a quantitativa. Isso possibilitou mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo os anseios da pesquisa (GIL, 2008).

Por fim, pode-se afirmar, então, que a realização de um levantamento bibliográfico potencializou intelectualmente com o conhecimento coletivo, trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo o estudo demonstra que a sociedade desde a antiguidade demonstra um comportamento diante do uso de drogas e como isso vai sendo institucionalizado no âmbito do contexto educacional.

O segundo capítulo trata acerca do PROERD e do policiamento comunitário escolar como políticas públicas como sendo uma dinâmica na questão do envolvimento a prevenção do uso de drogas por crianças, adolescentes e jovens.

As considerações finais trazem uma reflexão da importância do debate acerca da prevenção e do combate as drogas no âmbito educacional.

**Figura 1** – Jovens na palestra sobre O Proerd



**Fonte:** google imagens

## **CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AS DROGAS: FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO**

A utilização e o abuso de substâncias psicoativas não são uma inovação recente, estudos arqueológicos indicam que o consumo de álcool remonta a um período de aproximadamente 3.000 a.C. (BRASIL, 2011).

As drogas são uma constante presença na sociedade humana, e, tendo em vista essa evidência, elas permanecerão presentes ao longo da história. Além disso, apesar de serem diversas as causas para o uso de substâncias psicotrópicas, também, suas formas de avaliação de consumo dessas substâncias.

As ações das drogas são datadas de muito tempo. Registros arqueológicos revelam que os primeiros indícios sobre o consumo de álcool pelo ser humano datam de aproximadamente 6000 a.C. Inicialmente as bebidas dependiam exclusivamente do processo de fermentação e por isso seu teor alcoólico era relativamente baixo, como é o caso da cerveja e do vinho. Após o advento do processo de destilação, trazidos pelos Árabes, na Idade Média, surgiram novos tipos de bebidas alcoólicas, que passaram a ser consumidas na sua forma destilada. Essas bebidas eram utilizadas para redução da dor e alívio para os males físicos, pois seus efeitos, no organismo, eram produzidos por ações mais rápidas que as do vinho e a cerveja. Daí surgiu o termo uísque (do gálico usquebaugh), que significa “água da vida”. (LINHARES, 2006, p. 7).

Linhares (2006) aponta que o uso ininterrupto de drogas, considerada lícitas como o álcool, é natural nas sociedades desde períodos da antiguidade, existindo momentos, em que a droga era considerada um remédio, por conta de sua capacidade de aliviar a dor e afastar os problemas. Nesse contexto, surgiram diversas tecnologias, dentre elas a de aprimoramento do processo de destilação do álcool, o que teve como consequência a problematização do uso e do abuso de substâncias. Dessa forma, as drogas se adequaram à esfera biomédica e à justiça (BRASIL, 2011).

No início do século XIX, diversas nações adotaram medidas relacionadas às drogas ilícitas, com foco em segurança e justiça. Essas medidas priorizavam a repressão, proibicionismo e a estratégia de guerra às drogas. Tais estratégias consubstanciavam a diminuição da oferta de drogas deixando a prevenção do uso em segundo plano.

O século XIX testemunhou o desenvolvimento da química e o aperfeiçoamento de seus métodos de pesquisa. Em decorrência desse aprimoramento, nessa época foram isolados os princípios ativos de numerosas plantas psicoativas, possibilitando o desenvolvimento de várias novas drogas como a morfina (1803), a heroína (1859) e a própria cocaína (1859). Em 1883, esta última já era testada no exército alemão como estimulante para soldados nos campos de batalha, e logo chamou a atenção de Freud, que se tornou seu maior “propagandista”. Ele a considerava de grande valia como estimulante, na terapia de depressão, no tratamento de perturbações digestivas, no tratamento da tuberculose, nos tratamentos de abstinência de alcoolistas e opiômanos, no alívio da asma, como afrodisíaco e como anestésico local. (DOMANICO, 2006, p. 10).

Segundo Domanico (2006) o processo pelo qual ocorreu os desdobramentos quanto ao surgimento de novas drogas a partir do isolamento de determinadas substâncias contidas em plantas psicoativas, acabou conduzindo a uma dependência terapêutica, e, que posteriormente seria uma grande problemática para a sociedade, em razão da qual ultrapassou o âmbito medicinal, tornando-se uma dependência química dos indivíduos.

Uma política de drogas é o esforço do país para diminuir a oferta e a demanda de drogas. O Brasil, assim como outras nações, passou a adotar uma política de drogas na primeira metade do século XX, ao adaptar as prescrições da Convenção Internacional do Óleo – Haia, ocorrida no ano de 1912, para a legislação nacional. Dessa forma, o Decreto-Lei 891/1938 estabeleceu ações de prevenção, tratamento e repressão de substâncias psicotrópicas.

Em 1976, o referido Decreto-Lei foi alterado pela Lei n. 6.368/1976, que dispôs sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psíquica. A aprovação desta lei inaugura uma série de esforços para consolidar a política de drogas brasileira.

As políticas proibicionistas são caracterizadas como medidas de grande exigência, baseadas no medo da repressão, na persuasão moral e na intolerância ao uso de substâncias psicotrópicas. A abstinência é uma condição necessária para o ingresso em um programa de tratamento. A denominação de guerra às drogas revela o objetivo principal dessas políticas seria a criação de uma sociedade livre das drogas.

Assim, os métodos de repressão e sanções desenvolvidos pelos Estados Unidos, tais como dispositivos eletrônicos de vigilância, testes de drogas, leis e prisões compulsórias relacionadas às drogas, foram adotados em diversas nações, e o número de policiais e prisões dedicadas a esse fim aumentou significativamente, inclusive no Brasil (CRUZ; SÁAD; FERREIRA, 2003, p. 358).

No entanto, os efeitos dessa estratégia foram questionados, uma vez que o consumo de substâncias ilícitas perpetua em um ritmo global e, conseqüentemente, não se oferecia tratamento para aqueles que não desejavam ou não conseguiam parar de ingeri-las. Ao contrário, esses indivíduos eram estigmatizados e as políticas de tratamento baseadas nessa perspectiva eram negligenciadas.

No Brasil, a história do percurso da criação de políticas públicas direcionadas aos usuários de drogas, à repressão ao tráfico e à prevenção de maneira geral é relativamente recente, ou seja, até meados da década de 1920 não existia nenhuma normatização oficial acerca das drogas ilícitas que estavam presentes na sociedade urbana brasileira, pois era o período pelo qual o país começava a sair do modelo agroexportador para o que ficou conhecido como industrial urbano, o que para Cruz, Sáad e Ferreira (2003, p. 358) “constituiu-se como o marco inicial no Brasil do controle sobre drogas, e resultou na publicação de uma lei restritiva ao consumo dessas drogas, com punições àqueles usuários que não seguissem as recomendações médicas”.

As drogas em questão, naquele período eram, sobretudo, o ópio e a cocaína. As primeiras medidas registradas e as seguintes deram-se no campo da justiça e da segurança pública. Dessa forma, os usuários de substâncias ilícitas demandavam internação e isolamento social (MACHADO; MIRANDA, 2007).

No ano de 1938, quando foi publicado o Decreto Lei 891, em que reafirmava a condenação do ópio e da cocaína e incluía nessa categoria substâncias como a maconha e a heroína, mas, também, reconhecia a necessidade de fiscalização do uso de substâncias psicoativas, bem como a dependência, classificando a toxicomania como uma doença de notificação obrigatória, que não podia ser tratada em casa. Nesses casos, ou em alguns casos de intoxicação por bebidas alcoólicas, a internação em um hospital psiquiátrico era considerada obrigatória, de acordo com o artigo 29, parágrafo 1º, do Decreto de 1938.

Os dependentes químicos ou os intoxicados de costume, por entorpecentes, inebriantes, em geral, ou bebidas alcoólicas, podem ser internados de forma

obrigatória ou facultativa por um período determinado, ou não. A internação obrigatória se dará, nos casos de toxicomania por entorpecentes ou em outros casos, quando comprovada a necessidade de um tratamento adequado ao enfermo ou for conveniente à ordem pública. Essa internação se verificará mediante representação da autoridade policial ou o requerimento do Ministério Público, só se tornando efetiva após decisão judicial. (BRASIL, 2011).

Garcia, Leal e Abreu (2008), interpretam que o Decreto-lei, incorporado ao Código Penal de 1941, era para conter comportamentos desviantes, tendo como foco o trabalhador. Entrava em cena o ideal da abstinência como fator de segurança pública, ratificado na década de 1970, com a Lei 6.368/1976. A alta médica era autorizada quando o médico responsável afirmasse a cura do toxicômano, comprovada por testes e exames.

A lei persistiu nas três décadas seguintes, incentivando a repressão ao tráfico de substâncias psicotrópicas que causam dependência física ou mental. Machado e Miranda (2007, p. 805) apontam o quanto “é importante notar que, apesar de ter retirado o caráter compulsório dos tratamentos em hospitais, essa mesma lei aumentou a dose de medicamentos para os usuários de drogas, legitimando-os como dependentes de psicotrópicas, em vez de viciados”.

Durante as primeiras décadas do século XX, é evidente que a questão das drogas no Brasil esteve em grande parte ligada a questões de segurança pública do que propriamente de saúde pública, tendo como foco a repressão em detrimento da prevenção (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008). Até a década de 1980, o uso de substâncias ilícitas não era considerado um problema de saúde pública ou de responsabilidade do governo, assim como o consumo de álcool e cigarros, considerados drogas lícitas.

No entanto, é importante salientar que o uso abusivo de álcool era responsável por um dos maiores índices de internação nos hospitais psiquiátricos (RESENDE, 1987). Dessa forma, a questão do uso abusivo de álcool foi uma das maiores preocupações dos médicos da época, especialmente da Liga Brasileira de Higiene Mental, que propôs medidas ao Poder Legislativo para amenizar esse problema, mas as propostas não tiveram respaldo nesse âmbito. Cruz, Sáad e Ferreira (2003), afirmam que em meados dos anos de 1980, todas as ações para a redução da oferta de drogas estavam concentradas no âmbito da justiça e da segurança pública, consumindo grande parte dos recursos públicos destinados à problemática das drogas.

A carência na saúde pública em relação à assistência aos usuários de drogas contribuiu para o crescimento das comunidades terapêuticas, uma forma de atendimento religiosa e não governamental que persiste até os dias atuais e reforça a importância de manter o cuidado com usuários de drogas fora do sistema público de saúde (ALVES, 2009; MACHADO; MIRANDA, 2007).

Na segunda metade da década de 1980, no Brasil, especialmente em função da nova constituição federal em 1988, houve uma ruptura entre a segurança e a saúde pública em relação ao uso e abuso de substâncias ilícitas. A partir da constatação da falência da estratégia de combate às drogas e do aumento da variedade, do uso e da precocidade do consumo de substâncias ilícitas, o Estado brasileiro, apoiado pelos movimentos sociais em prol dos direitos humanos, desenvolveu políticas públicas direcionadas às pessoas que consomem drogas, especialmente aquelas ilícitas (ALVES, 2009).

É factível afirmar que a legislação nacional sobre substâncias ilícitas e a política nacional de saúde, que tratam das drogas como um problema de saúde pública, começaram a se cruzar no início dos anos 1990, motivadas por fatores desencadeantes, como o surto de AIDS, que é caracterizado pelo aumento constante da sexualização dentre os adolescentes.

A estratégia de redução de danos enfrenta o desafio do trabalho intersetorial, que é preconizado pelas políticas públicas brasileiras, particularmente a Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e Outras Drogas (BRASIL, 2011) e a Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2010).

A análise do histórico das políticas públicas de drogas, é notório que, durante a década de 1990, as duas esferas se deparam de forma conflituosa, tendo ocorrido uma oscilação entre a prevenção e a repressão. Apesar de algumas medidas terem contribuído para a integração das duas esferas, como a Lei 11.343/2006, que diferenciou o usuário do traficante.

A dificuldade de implementação das estratégias de redução de danos está relacionada ao confronto entre a população-alvo das estratégias e a repressão policial, decorrente da confusão entre a prevenção e a repressão, do desconhecimento da estratégia de redução de danos, de julgamentos morais, de preconceitos e de estigmatização do usuário de drogas (DOMANICO, 2006; MACHADO; MIRANDA, 2007).

Apesar de as políticas sobre drogas enfatizarem o trabalho em conjunto

entre a saúde e a segurança públicas, com prioridade para a capacitação policial civil e militar (Brasil, 2010), a quebra de preconceitos e estigmas é prejudicada por outros fatores sociais.

A abordagem do fenômeno das drogas requer não apenas a cooperação entre a saúde e a segurança, mas também a articulação entre os sistemas jurídicos e educacionais e o comprometimento social. Isso leva à suposição de que o imaginário social em relação às drogas deve ser modificado.

### **1.1 Eficiência da materialização do combate as drogas no ambiente escolar**

O uso de substâncias ilícitas está em crescimento em todo o mundo e representa atualmente um desafio para a estabilidade das bases econômicas, políticas, sociais e culturais dos países. O excesso do abuso de drogas entre os mais jovens é um dos problemas mais preocupantes enfrentados pela sociedade atualmente. Segundo Tavares, Béria e Lima (2001, p. 157) “a adolescência é uma etapa do desenvolvimento que grandes preocupações suscitam quanto ao consumo de drogas, pois os anos adolescentes constituem uma época de exposição e vulnerabilidade a elas”, o que significa que os adolescentes são, sim, um público que requer atenção.

Galduróz et al. (2004), afirmam que no ano de 2004, a pesquisa epidemiológica conduzida pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Substâncias Psicoativas (CEBRID) em alunos do ensino fundamental demonstra a presença de substâncias psicoativas nas escolas, a ocorrência do abuso entre estudantes e uma inclinação para o início precoce, com cerca de 12% das crianças na faixa etária de 10 a 12 anos tendo experimentado algum tipo de droga em suas vidas.

A droga proporciona, assim, uma falta de consciência da própria condição de vida. O envolvimento com drogas constrange e agride a comunidade e a própria família. O adolescente reage com rebeldia em um ciclo de conflitos que se repete. Paralelamente, a relação com os pares se fortalece, uma vez que ele encontra companhia e adquire um sentimento essencial para resolver a sua identidade social, que é o de pertencer a um grupo. O grupo adquire harmonia pela comunhão de interesses e necessidades, praticando as mesmas atividades e padecendo dos mesmos problemas. A participação no grupo lhes dá segurança, bem como permite se protegerem do abandono, da repressão e das precariedades econômicas. A possibilidade de as drogas amenizarem a tristeza e provocarem a desinibição faz com que a comunicação seja mais fácil e que nasça um sentimento de cumplicidade no uso de drogas, produzindo bem-estar artificial que se converte em um remédio contra a tristeza. (BRASIL; SENAD, 2010, pág. 183).

A ação de evitar o uso abusivo de substâncias tem como base três diferentes níveis de intervenção: primário, secundário e terciário. Na prevenção primária, é essencial intervir antes que o consumo de drogas se inicie. É responsabilidade da escola a promoção de um estilo de vida saudável entre os alunos, desde a infância até a fase adulta jovem. A prevenção secundária é direcionada aos estudantes que fazem uso leve ou moderado de drogas, sem dependência, porém apresentando riscos. Por fim, a prevenção terciária concentra-se nos usuários dependentes.

Para os alunos que fazem uso de drogas, a escola tem o papel de auxiliar na busca por tratamento, apoiar o processo de recuperação e reintegrá-los no ambiente escolar, no círculo de amizades, e na família. É importante ressaltar que a escola não é responsável pelo tratamento em si, mas sim por encaminhar de forma apropriada cada caso.

As atuais Política Nacional de Educação e Política Nacional sobre Drogas, do Brasil, consideram a escola como um espaço fundamental para acolher crianças e adolescentes vulneráveis, por meio da criação de espaço que possibilite a garantia de direitos e o desenvolvimento integral dos alunos, oferecendo recursos pedagógicos, assistenciais, culturais e de promoção de saúde, com vistas à prevenção do uso de álcool e outras drogas e de comportamentos de risco associados. (BRASIL, 2010, p. 182).

De acordo com as ideias de Moreira (2020), é crucial o estabelecimento de um plano de ação para prevenir o abuso de drogas nas escolas. Ele destaca a importância de municipalizar as iniciativas de prevenção, tornando-as mais próximas das instituições de ensino. A municipalização permitiria a implementação de um plano de ação para reduzir a demanda por drogas, elaborando políticas, objetivos e diretrizes gerais. O papel da secretaria de educação seria a responsabilidade quanto ao desenvolvimento e gerenciamento de um programa preventivo derivado do plano, buscando parcerias com entidades e instituições afins. E, finalmente a escola considerada como espaço privilegiado para intervenções educacionais, devendo elaborar projetos que garantam ações preventivas alinhadas ao plano de ação e ao programa preventivo.

Além disso, Fonseca (2006b) sugere considerar o Projeto Político Pedagógico como parte de uma educação para a saúde, priorizando a formação de valores e o conhecimento sobre substâncias psicoativas. Também ressalta a

importância da gestão escolar participativa e da abordagem educativa focada no desenvolvimento pessoal dos alunos, visando modificar fatores de risco para o uso de drogas e fortalecer habilidades socioemocionais.

A instituição de ensino está diante de uma nova situação desafiadora e, nesse contexto, investir na educação preventiva surge como a alternativa mais eficaz para combater o uso de drogas entre os alunos. A prevenção envolve planejar antecipadamente, evitar ou, ao menos, diminuir o consumo.

A partir das concepções das legislações e das políticas públicas voltadas a atender não somente no diagnóstico, tratamento e repressão, mas tendo um objetivo primordial que seja a prevenção e o conhecimento acerca do que a droga causa no indivíduo, na família e na sociedade.

Portanto no próximo capítulo discorrer-se-á quanto aos programas que fazem parte do planejamento de prevenção às drogas e, por conseguinte a violência no contexto educacional, e, assim dirimir as estatísticas negativas quanto a inserção de jovens e adolescentes no que se refere ao uso de drogas ilícitas.

## **CAPÍTULO 2 – PROERD: PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA**

Em 1992, no Brasil, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi pioneira no desenvolvimento e implantação do PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, que é uma adaptação do D.A.R.E. – Drug Abuse Resistance Education, que traduzindo significa “Educação para resistir ao abuso de drogas”.

A visão do Proerd é que os jovens que refletem sobre as diversas situações são capazes de fazer melhores escolhas, de forma não impulsiva, e de comunicar e relacionar-se melhor com as pessoas, além de manterem-se livres de drogas e obterem maior sucesso em todas as áreas de suas vidas. (MELO; MATOSO, 2013, p. 4).

É considerado um programa estadunidense, sendo desenvolvido em 1983 em Los Angeles, Califórnia, por um grupo de psicólogos, psiquiatras, policiais e pedagogos. Ele obteve grande sucesso e aceitação, levando à sua rápida expansão por todos os estados dos EUA. O objetivo do programa é fornecer recursos avançados para manter os jovens seguros e longe das drogas.

Nos Estados Unidos, uma notícia publicada em 1994 pelo jornal Folhade S. Paulo informava que pelo menos 270 mil estudantes entravam armados em sala de aula. Cerca de 70% dos colégios americanos revistam seus alunos na entrada e fazem inspeções inesperadas em salas de aula. Nesse mesmo ano foram instalados detectores de metal tanto nos portões de acesso aos prédios escolares e passaram a ser utilizados instrumentos portáteis de verificação que acompanhariam as investigações repentinas de grupos de alunos em salas de aula (Folhade S. Paulo 9/5/1994). Em 1997, em cidades como New York, observa-se a iniciativa de criação de novos estabelecimentos de ensino em parceria com instituições da sociedade civil, especialmente destinados a receber os alunos que apresentavam condutas violentas no interior das escolas públicas da cidade. (SPOSITO, 2001).

O D.A.R.E. foi criado em uma parceria entre o Departamento de Polícia de Los Angeles (L.A.P.D.) e o Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (L.A.U.S.D.) com o principal objetivo de prevenir o uso abusivo de drogas e suas consequências negativas para as famílias, escolas e a sociedade. Originalmente direcionado a crianças do Ensino Fundamental, o programa consistia em aulas ministradas por policiais treinados. Atualmente, o D.A.R.E. é implementado em cerca de sessenta (60) países e beneficia milhões de crianças e adolescentes ao redor do mundo.

O Currículo Proerd “Caindo na REAL” para o 5º ano foi projetado com base na Teoria de Aprendizagem Socioemocional (Socio-Emotional Learning Theory - SEL). A teoria SEL identifica as habilidades básicas e fundamentais e o processo de desenvolvimento do indivíduo, necessários à promoção da saúde, incluindo: autoconhecimento e autogerenciamento; tomada de decisão responsável; compreensão dos outros (alteridade); habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal; habilidade de lidar com desafios e responsabilidades. (MELO; MATOSO, 2013, p. 4).

O programa foi implementado em todos os Estados do Brasil, seguindo as orientações da Câmara Técnica dos Programas de Prevenção às Drogas e à Violência, que faz parte do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG). Este órgão é credenciado pelo D.A.R.E América para coordenar o desenvolvimento do Programa no país.

O Policial Proerd continua sendo a mola mestra para a aplicação do currículo. Os policiais são essenciais para tornar as lições realísticas, ao mesmo tempo que representam um modelo incrivelmente positivo para os alunos do Proerd. O currículo baseia-se no Modelo de Tomada de Decisão Proerd, na comunicação didática e nas habilidades práticas, por meio da eficiente abordagem narrativa denominada “de criança, pela criança e para as crianças” (“from kid, through kid, to kids”), que também são os traços marcantes do bem-sucedido Currículo Proerd “Caindo na REAL” para o 7º ano. As lições se iniciam com uma história, em vídeo, na qual os personagens enfrentam situações da vida real, para que os alunos passem a conhecê-las e a se preocuparem com elas. Essas histórias foram criadas com base em experiências reais dos estudantes de diversas escolas, nos Estados Unidos da América. As situações e encenações estão integradas às lições para propiciar a prática de cada habilidade. Os alunos serão encorajados a compartilhar suas próprias histórias utilizando o método de diálogo conhecido por “alguém que eu conheço” (“someone I know”). É isso que torna as lições “reais” para eles. O Modelo de Tomada de Decisão Proerd ajuda os alunos a processar seus pensamentos e a fazer escolhas seguras e responsáveis. (MELO; MATOSO, 2013, p. 5).

Atualmente, além dos estudantes do 5º e 7º anos do ensino fundamental, as crianças da pré-escola, do primeiro e segundo anos do ensino fundamental também estão incluídas no programa PROERD. O currículo aborda temas importantes por meio de lições que se relacionam com situações da vida real, ajudando os alunos a identificar emergências e a entrar em contato com as autoridades de forma adequada ao relatar um incidente.

A Polícia Militar oficializou a implementação do Programa por meio do Suplemento da Legislação Jurisprudência e Normas Gerais nº 004 de 25 de junho de 2007, conforme a Portaria nº 038 – CG/07. Posteriormente, uma recomendação foi

publicada no BGO nº 144, de 08 de agosto de 2008, orientando os Comandantes das Unidades a designar exclusivamente os Policiais Militares Instrutores do PROERD para aplicar o Programa em suas respectivas regiões ou municípios.

Desde 2003, as Polícias Militares de todo o Brasil tem trabalhado para expandir e capacitar um número cada vez maior de jovens. O curso tem como objetivo principal desenvolver habilidades por meio da abordagem de diversas temáticas, visando oferecer soluções para os desafios apresentados. Ao longo dos 10 anos desde a implementação do programa, houve um aumento significativo no número de participantes, demonstrando a relevância e abrangência do conteúdo.

O PROERD tem como objetivo prevenir o uso abusivo de drogas e a violência em todas as suas formas. Seu propósito é evitar que crianças e adolescentes em idade escolar comecem a usar drogas de maneira prejudicial, conscientizando-os sobre esse problema e sobre a questão da violência. O programa desempenha um papel importante na prevenção do uso de drogas nas escolas.

Acredita que os jovens que refletem sobre diferentes situações são capazes de tomar decisões mais conscientes, comunicar-se e se relacionar melhor com os outros, além de permanecerem livres das drogas e alcançarem sucesso em todas as áreas de suas vidas. Como parte de sua abordagem nas escolas participantes, o programa utiliza atividades lúdicas em suas práticas pedagógicas, buscando envolver e divertir os estudantes, permitindo, assim, um processo de aprendizado que requer uma compreensão total da importância de resistir às pressões relacionadas ao uso de drogas e à violência, tanto internamente quanto externamente ao ambiente escolar.

O currículo educacional PROERD, intitulado Caindo na REAL, representa mais de 20 anos de pesquisa do Projeto de Estratégias de Resistência às Drogas (Drug Resistance Strategies – DRS) sobre o porquê do consumo de drogas por jovens. Além da orientação promovida pela citada pesquisa, o Programa de Prevenção ao Abuso de Substâncias no Ensino Fundamental foi desenvolvido com a colaboração da Universidade Estadual de Penn, Universidade Estadual do Arizona, D.A.R.E. América e escolas ao redor dos Estados Unidos da América. Fundamentado em normas culturais, o programa ensina os jovens como viver livre do consumo das drogas, de maneira confiante, utilizando como recursos a mobilização de estudantes, suas famílias e comunidades. (BLUM; NELSON-MMARI, 2004, p. 4).

O programa tem um caráter social preventivo e é liderado principalmente pela Polícia Militar da Bahia, que trabalha em parceria com estudantes do 5º e 7º anos do ensino fundamental, com idades entre 9 e 12 anos, e utiliza abordagens lúdicas de

forma envolvente e descontraída em suas práticas pedagógicas para facilitar o processo de aprendizado. O programa emprega uma metodologia focada na compreensão da importância de resistir a qualquer forma de pressão, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência que permite dizer "não" às drogas e à violência.

O programa é resultado da colaboração entre a polícia militar, as escolas e as famílias, proporcionando atividades educativas em sala de aula para conscientizar os jovens e adolescentes sobre a importância do desenvolvimento de suas habilidades, visando contribuir para o desenvolvimento social e pessoal dos mesmos. Assim, objetivando ampliar suas atividades a coordenação do PROERD com o propósito de divulgar as diversas ações que compõem o programa.

**Figura 2** – Palestra realizada pelos policiais em escola municipal



**Fonte:** G1 – Santarém (2019)

## **2.1 Policiamento Comunitário Escolar**

A Polícia Comunitária exige mudanças culturais tanto para os policiais quanto para o público para que os serviços de segurança pública sejam destinados. Os conceitos tradicionais sobre a polícia foram muito criticados como resultado de mudanças políticas e culturais em nações democráticas. Isso levou a uma reavaliação do papel da polícia (WAKSMAN, 2004).

Os problemas de segurança pública não podem ser resolvidos com o modelo tradicional de policiamento (TAVARES; BÉRIA; LIMA, 2001). A polícia reformulou seus métodos para se aproximar da sociedade da polícia e promover a

segurança, a qualidade de vida e a redução do crime.

As práticas de política comunitária em vários países da América do Norte e da Europa ocidental nas décadas de 1970 e 1980 tiveram um impacto na criação da Polícia Comunitária no Brasil. Os valores promovidos pelo policiamento comunitário são considerados adequados ao contexto brasileiro pós-Constituição de 1988 porque estão ligados à modernização da polícia. A defesa desses valores como uma maneira de obter acesso fácil. Sim, os policiais permanecem distorcem esses princípios: "Na prática, os valores têm apenas um papel cerimonial" (WAKSMAN, 2004, p. 111).

Ao examinar o caso brasileiro, Batitucci et al. (2016) demonstram algum ceticismo sobre a capacidade da Polícia Militar de transformar uma organização e criar novas culturas. Esse ceticismo se baseia na suposição de que a criação de novas práticas de policiamento dependerá de novos documentos normalizadores criados pelo comando geral, compostos por gestores policiais com pouca ou nenhuma experiência operacional. Os autores argumentaram que esses documentos seriam mais um "mito e cerimônia" do que um processo real de mudança.

Destarte que um estudo de caso sobre as principais iniciativas da PMMG em Belo Horizonte visava aumentar a proximidade da Polícia Militar com a população, incluindo Bases Comunitárias, Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco (Gepar) e Rede de Vizinhos Protegidos. Esse estudo de caso demonstrou que as percepções dos policiais sobre a adesão e a determinação dos programas era imediata.

Tal estudo demonstrava que foi possível a percepção de duas dimensões no estudo. A primeira foi a normativa, que foi baseada nas publicações oficiais; a segunda foi a cultural, que levou em consideração as diferenças entre as ideias de inovação que a elite organizacional tem e as subculturas de funcionários de nível médio e de nível alto que trabalham na organização.

O policiamento comunitário é uma tendência mundial, apesar do desafio que a polícia brasileira enfrenta para implementá-lo. O policiamento comunitário "cresceu a partir da concepção de que a polícia poderia responder de forma sensível e comentar aos cidadãos e às comunidades" (SKOLNICK; BAYLEY, 2006, p. 57).

A aproximação da polícia com os mais diversos grupos sociais, entendendo suas mobilizações e liberando suas limitações, para lidar com os anseios sociais (múltiplos propósitos) por meio da participação social e da democracia. Como resultado, era necessário que as políticas públicas de segurança

fossem distribuídas territorialmente pelos municípios. Isso permitiu que as políticas se expandissem para as comunidades locais e fossem administradas de forma descentralizada.

No entanto, essas mudanças na relação entre a polícia e a sociedade também resultaram de uma disputa na gestão da segurança pública. Um lado é o que é conhecido como Nova Gestão Pública (NGP), que se concentra na quantificação da eficiência da polícia e do serviço prestado por meio de índices científicos (LINHARES, 2006). O NGP reformulou a gestão pública mineira usando conceitos e ferramentas do gerencialismo, como em outros estados do Brasil.

Como afirmado por Machado e Miranda (2007), a NGP teria surgido como uma resposta do Estado aos anseios sociais de melhorar os serviços públicos em geral, com a dívida prestação de contas (resultados) de um Estado burocratizado e historicamente ineficaz.

O gerencialismo promovido pela NGP valoriza o uso de ferramentas que garantem o controle e a eficiência da aplicação de seus recursos, aumentados numericamente. Isso difere da descentralização das decisões e da valorização da percepção do público sobre o serviço prestado pela Polícia Comunitária.

Essas ferramentas ganham notoriedade com a NGP porque se afastam do sujeito e valorizam os problemas generalizantes apontados pela polícia, enquanto os pressupostos da Polícia Comunitária valorizam os problemas locais apontados pelas próprias comunidades.

**Figura 03** – Palestra sobre policiamento escolar



**Fonte:** G1 – Santarém (2019)

## **2.2 Proerd e Policiamento Comunitário Escolar: a ação desses programas no ambiente escolar de Santarém/PA**

Tradicionalmente, o espaço da escola era conhecido como um local seguro, harmônico, interativo e de incentivo ao conhecimento. No entanto, devido aos atos de violência identificados dentro do ambiente escolar, esses atributos perderam um pouco em relação à cultura contemporânea (MOREIRA, 2020).

Charlot (2002) menciona outros fatores relacionados à violência que, além de ajudar a descaracterizar o ambiente escolar, também aumentam o sentimento de angústia na sociedade. Esses fatores incluem uma variedade de formas pelas quais a violência tem se manifestado (roubos, homicídios, ameaças e outros) e a participação cada vez mais comum de jovens em cenas de violência.

Utilizando a proposta de Charlot (2002) para distinguir condutas consideradas inapropriadas nos estabelecimentos de ensino, os estudos identificaram os atos de feridade e os contextualizaram nos conceitos de violência, que é qualquer ação que contradiz as leis; transgressão, que é qualquer comportamento que viole as normas escolares; e indisciplina, que é qualquer atitude que viole as regras de boa convivência. Por outro lado, Charlot (2002) afirma que as diferenciações conceituais possuem certas fragilidades devido às semelhanças entre as ações.

Quiçá uma outra classificação para as condutas de violência escolar para responsabilizar e encaminhar os atos às instituições competentes: violência na escola - qualquer ato que ocorra dentro da escola, mas não está relacionado às atividades escolares e pode ocorrer em qualquer outro lugar; violência na escola - qualquer ação que esteja ligada às atividades e às características da instituição de ensino; e violência (CHARLOT, 2002).

Assim, a complexidade da violência nas escolas exige que uma intervenção policial seja capaz de lidar com conflitos, que vão de conversas normais a incidentes mortais. No entanto, a polícia não é a única parte envolvida no combate à violência intraescolar. Isso deve-se ao fato de que as origens da violência estão ligadas a uma variedade de fatores relacionados a vulnerabilidades educacionais, familiares, econômicas, trabalhistas e sociais. Isso torna arriscado definir a violência em qualquer contexto ou campo científico (MINAYO, 2013).

Desta forma, envolto a pesquisa, o policiamento comunitário baseia-se na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, na medida

em que haja a participação de todos na sua identificação, análise e discussão, de modo que a Prefeitura Municipal de Santarém, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), em parceria com a Polícia Militar, realizam rondas escolares, exercendo a concretização do processo eficaz em parceria com o PROERD, no qual cita-se que O Policiamento Comunitário Escolar é uma ação preventiva da PM na área de abrangência do Comando de Policiamento Regional (CPR-I).

As ações, que se dão por meio de uma reunião ou vistoria implementados, com comunitários, pais, professores, colaboradores e alunos, são abordados os seguintes assuntos como a rede de proteção à crianças e adolescentes, canais de denúncias e esclarecimentos, valorização da família, resgate da autoridade no lar e busca pela espiritualidade, bem como o debate sobre o consumo de drogas na infância e na juventude, os tipos de violência e o dever e a responsabilidade de cuidar, alimentar, matricular e acompanhar os filhos.

Em Santarém é perceptível uma carência quanto as inúmeras problemáticas de cunho social que aglomeram ou aglomeraram durante décadas em razão do negligenciamento ao enfrentamento das desigualdades sociais, que é considerado um espaço aberto e fértil para a sedução de pessoas, que estão em situações de vulnerabilidade (econômica, social, educacional, entre outras), permitindo a abertura para a entrada de comportamentos associados ao uso de drogas lícitas (álcool e cigarro) bem como as ilícitas.

Entende-se que o espaço de uma grande cidade é reflexo e condição para a reprodução de relações sociais capitalistas. Assim, esse espaço sintetiza desigualdades, bem como expressa toda sorte de mazelas sociais que persistem e se reproduzem em um sistema de relações que beneficia alguns e joga para as suas margens muitos. Nas margens sociais e espaciais, atores levam a cabo uma vida que caminha no limiar do desespero, entre a violência de todos os dias e as necessidades que se avolumam. (PRICE et al., 2002, p 21).

É pertinente que as discrepâncias sociais são vivenciadas em uma escala que vai do local ao global, e, sabe-se que a falta de comprometimento do papel do Estado no âmbito de minorar as mesmas, conduz a uma visão micro da problemática quanto ao uso de drogas ilícitas no espaço educacional. Uma discussão consolidada a respeito de tal temática é de suma importância, pois a problemática quanto ao aumento da comercialização e do uso de drogas está presente nos diversos espaços, independentemente, da classe social.

A temática que envolve crianças, adolescentes e jovens quanto ao debate acerca do consumo, tráfico e violência, diretamente, relacionadas as combinações do envolvimento direto ao mundo das drogas, é necessário o planejamento de ações que devem agir antes que a problemática esteja instalada e só resta a punibilidade.

O cenário santareno que possui um histórico de intenso movimento ligado ao narcotráfico por conta de suas fronteiras, começou a pensar em uma política pública que faça uma prevenção direta quanto ao aliciamento de crianças, adolescentes e jovens, surgindo, assim, o alinhamento com os programas nacionais e as instituições, implantando localmente propostas que contribuísse a prevenção de drogas.

Galduróz et al. (2004, p. 372), enfatiza que “[...] programas preventivos adequados a cada realidade e posteriormente avaliar a sua eficácia. É o conjunto de ações que trará como resultado final uma sociedade mais sadia e nesta função todos devem estar engajados, não apenas o governo”.

Percebe que programas que visam integralizar ações com os mais variados âmbitos da sociedade, concebe, respeitando as especificidades de cada região brasileira, institui os contornos acerca das teorias preventivas no contexto primário quanto ao uso de drogas, minando quaisquer tentativas de desestruturação da integridade do indivíduo.

Nesse sentido, o município de Santarém, buscando uma política pública sólida quanto a prevenção do uso de drogas, aderiu ao PROERD, no sentido de estabelecimento de parcerias, na qual estimula uma metodologia que interaja os educadores e policiais no contexto da sala de aula, e, assim haja o reverberamento da prevenção a toda sociedade.

O dinamismo das atividades acontece diretamente nas escolas contempladas, em que os chamados “educadores sociais” vão até as escolas e ministram aulas de prevenção às drogas seguindo um desenho curricular de onze lições, em que são abordados diversos temas, com exemplificações e explicações.

Para Blum e Nelson-Mmari, (2004, p. 28) “[...] apresentação de modelos positivos a serem seguidos, procurando reforçar a mensagem como a utilização de líderes, positivando uma relação com a criança dentro de um ambiente escolar adequado e familiar”.

É notório que o PROERD possui um entendimento de que a educação é integral, no qual todos possuem sua fração de responsabilidade. Assim, o PROERD

tem sua base na apresentação de aulas antecipatórias com material didático, o chamado “livro do estudante”, com as lições que serão abordadas no decorrer das aulas. É interessante que todo o material permite o aluno refletir com relação a temática abordada e com isso ter a liberdade para formular sua própria opinião acerca dos temas ligados as drogas e a violência no ambiente escolar.

Nós estamos com esse projeto – PROERD a algum tempo aqui em Santarém. Mas ainda não conseguimos contemplar toda a rede educacional, pois ainda temos poucos agentes que realizam tais atividades, pois a demanda em nosso município é alta. Estamos trabalhando para ampliar esse cenário para que possamos atender a todas as solicitações que chegam até nós. (A.S.P, 2024).

Durante a entrevista que foi realizada junto ao Comando de Policiamento Regional- CPR – é sabido que existe um programa que vem tentando amenizar as situações que adornam o crescimento do uso de drogas entre crianças, adolescentes e jovens, mas o programa e ou projeto por si só não constrói um alicerce firme que impeça os acontecimentos, é preciso que haja uma inteligência entre todos que compõem o processo.

É muito gratificante quando chegamos na escola e começamos os trabalhos, porque temos diversas situações que andam preocupando os pais. A escola nos convida a iniciarmos o projeto PROERD bem como o policiamento comunitário escolar. (A.S.P, 2024).

A concepção de um propósito quanto a políticas públicas de combate e prevenção às drogas perpassa por uma construção de conhecimento acerca da mobilização instituída pela metodologia aplicada no fomento das aulas destinadas ao PROERD.

O instrutor do PROERD, em uma abordagem comportamental deve estar atento a quem exatamente está ensinando ou o que estará sendo ensinado, ao que se quer ensinar e à situação do ensino, à cultura local sobre o assunto alvo de seu programa, este último como contexto educacional onde se encontram os reforçadores disponíveis para que o ensino ocorra. Essa postura docente, baseada na busca contínua de reforçadores eficazes e no questionamento do próprio método, se distancia em muito do perfil profissional da educação baseado na própria experiência e que se fecha em si mesmo, criando ou simplesmente reproduzindo os procedimentos “definitivos” e permanentes de seu método de ensino. (SILVA, 2010, p. 43).

Os “educadores sociais” objetivam na aplicação das lições do PROERD, uma implementação curricular que esteja voltada a integração por conta uma

organização gráfica das aulas, essa sistematização acontece no fomento do curso de formação dos mesmos. O percurso é conhecido como escola em Rede que tem por finalidade o alcance de estabelecer um elo de prevenção às drogas e a violência. Isso tem como principal elo a parceria entre escola, polícia militar, família e instituições.

A instalação do curso do PROERD na escola escolhida, inicia-se com uma reunião com os pais e responsáveis pelos alunos ali matriculados, com o objetivo de apresentar os propósitos do programa e quem serão os “educadores sociais” que atuarão no desenvolvimento do curso naquela instituição. Também são realizadas reuniões periódicas com a participação de pais, gestão escolar, professores e demais profissionais que atuam naquela unidade escolar. Fazemos um eventoinicial para apresentar depois ao final do curso realizamos a formatura. (A.S.P 1, 2024).

A proposta do PROERD é interessante, contudo, não funciona se não tiver o respaldo institucionalizado dos órgãos de segurança pública bem como da sociedade como um todo. Por isso em Santarém, o Comando de Policiamento Regional interage com a política nacional de combate as drogas no sentido de fomentar a prevenção ao uso de drogas.

O policiamento comunitário escolar também traduz uma sintonia direta em relação a possibilidade de valorização do espaço escolar para que as crianças, adolescentes e jovens, possam ter um acolhimento seguro no que diz respeito a questão do uso de drogas, seu oferecimento bem como a relação à violência, situação altamente recorrente na atualidade.

A construção de políticas públicas de prevenção às drogas e violência perpassa por inúmeras situações que coadunam a uma perspectiva de combate ao uso indistintamente de drogas.

**Figura 04 e 05** – Projeto realizado em parceria com a prefeitura municipal de santarém sobre o Proerd e policiamento escolar



**Fonte:** Prefeitura municipal de Santarém (2022)



**Fonte:** G1 – Santarém (2022)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciar-se-á a construção das considerações finais desse trabalho, delinea uma reflexão acerca do contexto que a sociedade se submete desde a antiguidade no que concerne ao consumo de drogas lícitas e ilícitas.

Sabendo que a prática diária do uso de drogas é uma concepção que está presente no dia a dia, tem-se a busca por um debate no sentido construtivo enquanto professor para que pense e repense a realidade de muitos alunos.

O consumo de drogas associadas as ações violentas têm deixado pais, educadores e a sociedade como um todo, muito preocupada. A forma como a qual, o uso de drogas vem se propagando de uma maneira rápida, no sentido de aliciamento de crianças, adolescentes e jovens, é realmente muito preocupante.

Nesse sentido a predisposição em desenvolver mecanismos que possam minimizar a incidência do uso de substâncias ilícitas, é necessária, pois é terminantemente, que ocorra uma discussão que viabilize políticas públicas que venham a dirimir uma conduta que busque prevenir, combater e tratar a questão do uso de entorpecentes.

A busca pelo entendimento como o PROERD e o policiamento comunitário escolar são políticas públicas de combate as drogas em Santarém, fez com que ocorresse o entendimento da necessidade de tal debate em sala de aula e no contexto educacional.

A argumentação no âmbito de pensar uma educação que priorize não somente o que está descrito no currículo educacional, mas o aprofundamento do cotidiano, da realidade que cada um está inserido é fundamental. Isso ocorre porque, a necessidade de debater temas como o uso de drogas, rompe visões cristalizadas.

As tratativas legislativas que acolheram a questão do uso das drogas estiveram sempre atreladas a punibilidade, isso fez com que se demorasse muito na questão do enfrentamento da prevenção e tratamento. O avanço da legislação e a atuação dos movimentos sociais fizeram com que o Brasil, tivesse uma nova perspectiva quanto a pensar que o uso de drogas pode ter um caminho preventivo.

O debate instituído por essa pesquisa possibilitou uma mudança no sentido de agir e pensar no ambiente educacional, prevalecendo o diálogo cotidiano em parceria com os órgãos de segurança, como a polícia militar, rompendo paradigmas.

Vivenciando o contexto da política pública de prevenção e combate as drogas tem uma relação muito próxima com o debate institucionalizado no ambiente dos fenômenos geográficos em que a sociedade muitas vezes se apresenta inerte quanto a situações pelas quais a mesma vai se submergindo.

Pensar em agir para além da base epistemológica significa abrandar uma concepção imposta por um discurso colonialista, visualizando uma possibilidade para acreditar que se pode romper barreiras impostas pela falta de debate acerca de situações que são parte da relação humana.

O sentido da análise que delinea um caminho quanto as possibilidades de políticas públicas que permitam ao aluno discutir, conhecer e ter iniciativa de que o uso de entorpecentes traz uma perversidade não apenas a sua vida, mas também envolve toda a família, é notório.

Programas como o PROERD e o policiamento comunitário escolar fazem parte do contexto das políticas públicas que almejam a construção de uma nova realidade para crianças, adolescentes e jovens, no âmbito da sociedade da qual fazem parte.

Por fim, percebe que a atuação do PROERD e do policiamento comunitário escolar em Santarém tem enfrentado algumas situações como a falta de pessoal, infraestrutura como uma sala própria, equipamentos dentre outros. Mas por outro lado com o mínimo que consegue obter tem provocado uma mudança significativa no âmbito da prevenção e combate as drogas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, 2009.
- BATITUCCI, Eduardo Cerqueira et al. Policiamento Comunitário e Participação Social em Minas Gerais: entre a narrativa oficial e a efetividade das reformas. In: OLIVEIRA JUNIOR, Almir de (Org.). **Instituições Participativas no Âmbito da Segurança Pública: Programas Impulsionados por Instituições Policiais**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2016. p. 55-117.
- BLUM, R.W; NELSON-MMARI, K. The health of young people in a global context. **J Adolesc Health**, v. 35, edição 5, 402-418, nov. 2004.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. (SENAD). **Prevenção ao uso indevido de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça; SENAD, 2011.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. (SENAD). **Curso de Prevenção do Uso de Drogas Para Educadores das Escolas Públicas, Prodequi**. 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça; SENAD, 2010.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, n. 8, p. 432–443, jul., 2002.
- CRUZ, M. S.; SÁAD, A. C.; FERREIRA, S. M. B. Posicionamento do Instituto de Psiquiatria da UFRJ sobre as estratégias de redução de danos na abordagem dos problemas relacionados ao uso indevido de álcool e outras drogas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 52, n. 5, p. 355-362, 2003.
- DOMANICO, A. **“Craqueiros e Cracados: Bem-vindo ao Mundo dos Nóias!”** Estudo Sobre a Implementação de Estratégias de Redução de Danos para Usuários de Crack nos Cinco Projetos-Piloto do Brasil. 2006, 232 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- FONSECA, Marília Saldanha da. **Prevenção ao uso de drogas na prática pedagógica dos professores do ensino fundamental**. 2006, 192 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2006a.
- FONSECA, Marília Saldanha da. Como prevenir o abuso de drogas nas escolas?. **Psicol. esc. educ.**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 339-341, dez. 2006b. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572006000200018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572006000200018&lng=pt&nrm=iso). acessos em: 05 jan. 2024.
- GALDURÓZ, J. C. F. et al. **V Levantamento Nacional Sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas Entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da**

**Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras.** São Paulo: UNIFESP; CEBRID; SENAD, 2004. Disponível em: <https://cetadobserva.ufba.br/pt-br/publicacoes/v-levantamento-nacional-sobre-o-consumo-de-drogas-psicotropicas-entre-estudantes-do>. Acesso em: 02 fev. 2024.

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 267–276, maio 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hjfwN6nTb3nZC6qd3PVbC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 05 mar. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LINHARES, S. C. **Educação, Trabalho e Dimensões Social e Escolar da Drogadição**: um estudo sobre políticas públicas antidrogas e o PROERD em Curitiba/PR. 2006, 177 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

MACHADO, A. R.; MIRANDA, P. S. C. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, n. 3, p. 801–821, jul. 2007.

MELO, Silas Tiago O.; MATOSO, Soraya Érica Rodrigues. **Currículo para Crianças 5º Ano do Ensino Fundamental**: Caindo Na Real / D.A.R.E. Tradução de Silas Tiago O. Melo e Soraya Érica Rodrigues Matoso. Belo Horizonte: PMMG, 2013.

MINAYO, M. C. de S. Violência e Educação: impactos e tendências. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 15, n. 31, p. 249–264, 2014. DOI: 10.22196/rp.v15i31.2338. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2338>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MOREIRA, A.M. **Prevenção de Acidentes e Violências**: Construindo a Paz: Manual da Sociedade Brasileira de Pediatria sobre Escola Promotora de Saúde. Rio de Janeiro: SBP; 2020.

PRICE, J.H. et al. Urban elementary school students perceptions of fighting behavior and concerns for personal safety. **Journal of School Health**, v. 72, n. 5, p. 184-191, 2002.

RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In COSTA, N. R.; TUNDIS, A. S. (Orgs.). **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1987. pp. 15-74.

SILVA, A. G. da. **Acidentes e Uso de Álcool Entre Escolares que Participaram ou Não do PROERD**. 2010, 107 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos->

Graduacao/Educacao/Dissertacoes/silva\_ag\_me\_mar.pdf. Acesso em: 07 jan. 2024.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policiamento Comunitário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SPOSITO, Marilia Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre Violência escolar no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan/jun 2001.

TAVARES, B. F.; BÉRIA, J. U.; LIMA, M. S. Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, p. 150–158, abr. 2001.

WAKSMAN, R.D. Acidentes: grande e grave problema de saúde pública. **Rev Paul Pediatr.**, v. 22, n. 3, 2004.